ARCOS E FLECHAS...

PAUL LESLIE ASPELIN

Aparentemente, este livro de E. G. Heath e Vilma Chiara, *Brazilian Indian Archery,* foi escrito para dois grupos de leitores simultaneamente; por isso, ele sofre, justamente, dos problemas inerentes a uma abordagem assim dividida. [1] É como um livro na sua maioria escrito para uma audiência geral e não especializada que se aproxima mais aos seus objetivos mas, até nisso, vários problemas se apresentam. Como um livro também escrito para especialistas, ou "toxólogos" (os que se dedicam ao estudo dos arcos e flechas, sua fabricação, seu uso, e sua história) ou etnólogos (deste ponto de vista, a maior parte da nossa crítica foi escrita), ele teria o seu maior potencial, mas tem, também, suas maiores falhas. O livro apresenta sérios erros de etnografia e de análise e carece de uma fundamentação teórica clara, explícita e adequada. Por estas razões, só podemos usá-lo com a máxima cautela. [2]

O livro se divide em cinco partes gerais, cada uma composta de vários capítulos. A primeira parte contém capítulos sobre a

---

1 HEATH. E. G. & CHIARA, Vilma. *Brazilian Indian Archery: a preliminary ethno-toxological study of the archery of the Brazilian Indians.* Manchester, England, The Simon Archery Foundation of the University of Manchester Museum, 1977 (188 pp., pranchas, mapas e figuras, e listas das peças Krahó e Xinguanas na coleção Simon de arcos e flechas). Em brochura, sem preço indicado. Apresentação de Julio C. Melatti.

2 Agradeço sinceramente à Diretora do Museu de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina. Dr.ª Anamaria Beck, por ter me emprestado o exemplar do livro aqui resenhado, e também por ter chamado a minha atenção à anomalia do calção de banho na prancha VIIb e às suas implicações. Agradeço também a Professora M.ª Amélia Dickie, da UFSC, por sua ajuda na revisão desta versão para o português, e ao Professor Desidério Aytai (PUC/Campinas) por sua tradução do livro de Boglár (1966) aqui citado.

localização, o meio-ambiente, e a história geral dos índios brasileiros. A segunda parte trata dos aspectos técnicos (matéria prima, fabricação, estrutura mecânica, etc.) dos arcos e flechas, das pontas das flechas, dos venenos usados nas flechas, e das diversas maneiras dos indígenas brasileiros de segurar as flechas para atirá-las. A terceira parte aborda a utilização destes ítens como meios de produção, em atividades de caça e pesca. A quarta trata do seu uso na troca e na guerra, ou como símbolos em si. A quinta se compõe de cinco apêndices, os quais variam na profundidade com que tratam, tecnicamente, seus assuntos. O primeiro deles examina a botânica e a química dos venenos empregados nas flechas pelos índios brasileiros. Este apêndice foi escrito pelo Sr. N. G. Bisset de Chelsea College, Londres, a quem se deveria, pelo menos, uma citação na página de rosto ou no índice dos capítulos. O segundo deles trata da medição do comprimento dos arcos e flechas estudados. O terceiro, da classificação das pontas de flechas. O quarto, dos métodos de afixar as penas às flechas e o quinto, dos perfis ou cortes transversais dos arcos. Os autores também se referem, durante a obra em geral, a algumas das outras pesquisas ou informações comparáveis e relevantes, provenientes de outras áreas do mundo.

O livro fornece, assim, uma grande quantidade de informações referentes às várias qualidades de arcos e flechas utilizados pelos índios brasileiros e sobre sua confecção, distribuição e utilização. Embora o trabalho focalize, especificamente, os arcos e flechas dos índios do Brasil, seu interesse é limitado apenas por estas fronteiras nacionais; dentro delas, o interesse é total:

> Do nosso ponto de vista, era essencial examinar o comportamento e as atitudes dos índios do Brasil, quanto às suas relações, práticas e de outros tipos com seus arcos e flechas, além de uma investigação detalhada dos atributos físicos daquela arma (*per se; p. 127, minha tradução*).

Por isso, o livro tenta abranger um campo bastante grande, dentro de um espaço relativamente limitado, ao mesmo tempo em que também tenta chegar a uma profundidade suficiente para ser mais do que superficialmente ilustrativo ou interessante. Tenta, portanto, levantar questões que mereceriam a nossa consideração e futuras pesquisas, referentes a algo da maior relevância para os índios brasileiros "tradicionais", mas que está sendo substituído rapidamente.

Este livro é um dos poucos até agora publicados sobre este assunto. Em geral, é escrito num estilo agradável e interessante. Algumas das suas fotografias devem figurar entre as de melhor

qualidade sobre os índios brasileiros até agora publicados em qualquer lugar. Sua execução física (em termos da qualidade das suas figuras, da sua impressão, do papel utilizado, etc.) é realmente excelente. Representa, enfim, o resultado de grande interesse e de muita dedicação por parte dos autores, um Sr. Heath, uma autoridade em toxologia, e a outra, Professora Chiara, uma etnóloga já com muita experiência de pesquisa no Brasil.

Como já disse, parece-me que o livro foi feito para atender a três clientelas ao mesmo tempo: o público leigo em geral; o especialista toxólogo; e o especialista etnólogo. Porém, não vai satisfazer ao leigo por ser complicado demais (para ele); não vai satisfazer ao toxólogo por ser confuso demais (para ele; em vez de fornecer respostas às suas possíveis perguntas, o livro somente levanta outras); e não vai satisfazer ao etnólogo por ser superficial demais (para ele; as questões que o livro levanta servem mais para mostrar a ignorância e a ineptidão do que a capacidade dos autores de, conscientemente, perceber e apontar as extensões claras e necessárias do seu próprio trabalho; são, na sua maioria, questões já há tempo conhecidas na etnologia brasileira, questões que o livro deveria ter solucionado em vez de, simplesmente, repetido).

Referente às suas falhas de *análise*, podemos mencionar, como exemplo o capítulo XII, sobre o simbolismo dos arcos e flechas. Felizmente, tive a oportunidade de assistir à apresentação, pela Professora Chiara, de uma análise estruturalista do tempo nos mitos Krahó, trabalho este apresentado na XI Reunião da Associação Brasileira de Antropologia em Recife, em maio de 1978. Não me assustei, pois, com a utilização de uma abordagem bastante estruturalista na análise do simbolismo dos arcos e flechas, neste capítulo do livro. Devo dizer que eu, também, por alguns anos, me interessava (e ainda me interesso) por questões semelhantes (Aspelin 1976). Sem aquela experiência, e sem aquele interesse, acredito que eu teria abandonado a tentativa de aproveitar alguma coisa deste capítulo. Acredito que a maior parte dos leitores do público em geral, provavelmente, o receberão com o mesmo entusiasmo com que receberam as interpretações psicanalíticas do simbolismo cultural, provenientes do freudismo ortodoxo, tal como aquela análise de Geza Roheim segundo a qual os nativos das ilhas Trobriand, estudados por Malinowski, inventaram a agricultura quando alguns meninos (sexualmente frustados), manobrando inhames não-domesticados (fálicos), as inseriram em aberturas naturais (vaginais) na terra (fêmea), para descobrir, depois que, tinham brotado, e

florescido (vide Malefijt 1974, cap. 13). Tal argumento parece ridículo, artificial, e sem grande valor explicativo (senão da psicologia do próprio investigador).

Essencialmente, o problema com este capítulo é, mais uma vez, a confusão das suas finalidades e dos seus níveis de apresentação e de argumentação entre as várias alternativas possíveis. Para o noviço, esta análise (estruturalista) aparece inesperadamente. Os autores não dão nenhuma indicação do que seja o valor analítico de tais exercícios intelectuais ou manobras lógicas. Eles não dão nenhuma referência bibliográfica adequada para orientar o leitor para a consulta de outros exemplos desta metodologia ou outra explicação desta posição teórica, senão uma, de autoria da própria Professora Chiara, em português (deve-se notar que isto se dá num livro escrito, aparentemente, para uma audiência de língua inglesa!) e mais *Le Cru et le Cuit* de Lévi-Strauss (em francês; a citação bibliográfica de ambos o leitor achará no livro em questão). Tanto a etnografia como a análise apresentadas neste capítulo são incompletas, confusas, e não convencíveis, até para um outro "especialista" no assunto, para não falar em leitores leigos. Sua breve discussão do material colhido pelo Professor Maybury-Lewis entre os Xavante, mais a alternativa que ela sugere para certa parte da sua análise, constituem a única parte realmente coerente deste capítulo (e isto, provavelmente, devido à excelente qualidade do trabalho original do próprio Maybury-Lewis em si, *Akwẽ-Shavante Society;* citado no texto). Talvez os trabalhos mais recentes de Lévi-Strauss (1975) ou o trabalho anterior de Griaule (1938) sobre máscaras como *símbolos materiais,* ou o trabalho de Riviére (1976) sobre estruturas míticas e zarabatanas entre os Trío, pudessem ter fornecido um modelo de análise de maior utilidade aqui do que forneseram estes (citados) estudos estruturalistas sobre a cultura *não-material* (isto é, sobre mitologia e estrutura social). Pelo menos, a autora deveria ter citado *alguns* deles para orientar o leitor potencialmente confundido (ou ainda interessado em alguma ajuda).

Referente às suas falhas na apresentação de dados, podemos citar, por exemplo, os vários apêndices sobre medidas. Se alguém quiser comparar as informações no segundo apêndice (p. 142-145) sobre o comprimento dos arcos e flechas estudados com quaisquer outras informações provenientes de outras fontes, acha-las-ia de muito pouca utilidade ou valor. Embora trinta e uma (supostas) "tribos" e seis "áreas" ("rio Juruá, rio Negro, rio Madeira, rio Guaporé, rio Doce, rio Purús"; mais, na segunda tabela do mesmo apêndice, o "alto Amazonas, Chaco, rio Tapajoz e Xingú") estejam

mencionadas como originárias das flechas medidas na primeira tabela do Apêndice II (indicando seu comprimento mínimo, máximo e médio, em metros), *quatro* destas trinta e uma *"tribos"* são, realmente, nada mais do que *bandos* vizinhos, membros da mesma família lingüística Nambicuara. Destes quatro bandos (indicados como "Ualicerê, Tamaindê, Sabané, e Mamaindê"), um ("Tamaindê") é, simplesmente, um sinônimo, no dialeto de um outro bando, do mesmo bando aqui também chamado de "Sabané". ("Ualicerê", entretanto, é a designação empregada para um bando dos Nambicuara do sudeste, no dialeto do outro bando aqui chamado de "Mamaindê"). O vale do rio Guaporé era o habitat tradicional dos Mamaindê, tanto quanto de muitos outros bandos dos Nambicuara, até que muitos deles foram removidos pela FUNAI para dentro da "Reserva Nambicuara" (vide Aspelin 1975). Qual é o sentido, então, de utilizar nesta análise a "área" do "rio Guaporé" como *mais uma fonte* de informações, supostamente *independente,* sem informar o leitor em que sentido se empregou aqui o termo "rio Guaporé"? [3]

---

[3] Sem saber e sem querer, não corremos, assim, o risco de contar os Mamaindê duas vezes? Não estamos, também, confundindo os nossos níveis de análise? Aparentemente, os Mamaindê não foram incluídos, aqui, nesta área do "rio Guaporé", sendo que eles apresentam uma medida (média) diferente daquela que se refere à própria área (estes dados foram extraídos da tabela em discussão):

Tribo/"área"	*Média (m.)*
Ualicerê	1.42
rio Guaporé	1.46
Tamaindê (sic)	1.49
Sabané	1.51
Mamaindê	1.52

Mas, se os Mamaindê não foram incluídos nela, quem é que compõe, então, esta misteriosa "área" do "rio Guaporé"? Como é que o leitor pode averiguar isso, sem ter referências bibliográficas para seguir, ou sem ter pesquisado o assunto pessoalmente?

A mais conhecida divisão do Brasil indígena em áreas culturais, a de Galvão 1960; veja também Ribeiro 1977: 457), inclui *todos os* Nambicuara na sua terceira área cultural, a do "Guaporé". Se Heath e Chiara empregam "Guaporé" no mesmo sentido, não corremos, assim, o mesmo risco de contar os "Sabané" e os "Ualicerê" duas vezes também? Ora, este esquema de Galvão já é conhecido há mais de quinze anos! No entanto, há outras possibilidades. Já em 1948, o próprio Lévi-Strauss (1948a, 1948b) opinou que os Nambicuara, provavelmente, deveriam ser incluídos com os grupos "mais complexos" do lado direito do rio Guaporé (1948a: 362), embora diferenciados por serem culturalmente bastante mais "simples". Admitimos a possibilidade de que os autores (Heath e Chiara) não concordem com Galvão, nem com Ribeiro, nem com Lévi-Strauss. Mas, como é que o leitor vai saber disso, se os autores não discutem nem a idéia de "áreas culturais"

Começamos, por isso, a ter algumas dúvidas sobre a veracidade e a precisão da metodologia empregada pelos autores em estabelecer as origens destas flechas "Nambicuara" e, por extensão, as origens das outras estudadas aqui. Seja sua identificação empiricamente válida ou não, não se pode considerar, analiticamente, estes três ou quatro bandos Nambicuara, separadamente, como sendo taxionomicamente equivalentes às categorias de nível mais genérico, tais como aquelas pelos autores denominadas "Guaraní, Pakahas Novas, ou Xavante" ou "alto Amazonas, Chaco, ou Xingú", por exemplo. Parece-me que, depois de todo o trabalho dos antropólogos em cuidar do isolamento dos elementos das suas amostras comparativas, desde que Galton fez a mesma crítica ao trabalho de Tylor já no século passado, que deveríamos ter aprendido a cuidar melhor disto (vide Driver & Chaney 1970; Naroll 1970). Parece-me que quem quer se chamar de "etnólogo" hoje em dia deve ser capaz de cuidar de fatores ou variáveis tais como a cronologia relativa, a proximidade geográfica, as migrações e as outras possibilidades para contatos culturais entre os elementos da amostra, em qualquer análise comparativa, além de conhecer e empregar uma taxionomia cultural adequada para as áreas em questão, especialmente, as áreas de sua suposta especialização etnológica.

Neste sentido, é especialmente notório o Apêndice IV. Quem passa olhos no seu mapa da distribuição de variações na maneira de afixar as penas às flechas, logo notará (se tiver qualquer conhecimento da história da dominação dos indígenas brasileiros pelos componentes da sociedade ocidental) que a maioria das sua informações são provenientes das *áreas de refúgio* no Brasil histórico recente. Obviamente, nenhuma análise de distribuição geográfica teria muito valor, nem seria "culturalmente" inteligível, se todas as suas informações proviessem de uns poucos remanescentes de sociedades em vias de extinção, de fuga, ou de adaptação a regiões

---

(podem não gostar de taxionomias, embora o livro, em si, já desminta isto), nem indicam como definem ou delimitam estas *suas* dez (no total) "áreas" (e por isso não nos dizem se diferem ou concordam com as áreas já minuciosamente delimitadas por Galvão), nem citam o seu trabalho clássico (1960) sobre o assunto, nem o, também já clássico, trabalho de Ribeiro (1977, originalmente publicado em 1970)!

O problema, aqui, não é somente com relação aos Nambicuara, devo deixar bem claro; só discuto os pormenores do seu caso por ser mais da minha alçada. Pois, Heath e Chiara também citam como fontes de informações independentes, numa só tabela os Mehinaku e a "área" do "Xingu", quando, na verdade, os Mehinaku são um grupo xinguano (vide Gregor 1977). Ademais, a taxionomia dos Kaingang na segunda tabela deste apêndice é igualmente confusa.

relativamente pequenas e/ou já habitadas por outros, antes, com todo aquele processo de contato cultural intertribal que isso implica (vide Schaden 1965). Por que, então, fazer todo o esforço que os autores fizeram em criticar e em tentar atualizar as distribuições que Meyer fez há 80 anos, se foi justamente este mesmo problema que prejudicou as suas distribuições, segundo os próprios autores? O uso, não-satisfatório, do "presente etnográfico" pelos autores (p. xvi), que também, inexplicavelmente, é paralelo ao uso do próprio Meyer, e pelo que duramente o criticam, simplesmente, não se pode aceitar num contexto como este. Não se pode compactar a história tão facilmente. Infelizmente, parece-me que os autores não aprenderam muita coisa com a sua própria crítica dos seus predecessores.

Embora os autores sugiram, diversas vezes, que certa parte dos seus problemas, quanto aos dados disponíveis, deve-se às falhas no registro das peças de museu que eles examinaram (vide, por exemplo, p. xix), não há nenhuma razão para perpetuar estes mesmos erros ou falhas, com designações tão vagas e inúteis como "rio Juruá, rio Madeira, etc.", como se estas designações, realmente, servissem para alguma coisa. Tampouco há razão para ignorar os esclarecimentos já publicados sobre a etnografia dos grupos, cujas peças foram, assim, analisadas, como, por exemplo, Price & Cook (1969) em relação aos Nambicuara. Também não vejo nenhuma razão para não incluir as informações estatísticas básicas (e comuns em estudos comparativos), tais como o *número* de peças em cada categoria (por exemplo, o número de arcos de qualquer tribo analisados na segunda tabela do segundo apêndice), o *desvio padrão* ("standard deviation") em torno da média, etc. Também me parece necessário indicar *a qualidade* ou tipo das flechas medidas na primeira tabela deste apêndice, sendo que uma das coisas que faz variar o comprimento de uma flecha é a sua função. Entre os Nambicuara, por exemplo, as flechas de "cabeça" redonda, para passarinhos, são sempre as menores de qualquer jogo. Qual a percentagem, então, da amostra "Nambicuara" composta desta (ou de outra) qualidade de flecha? É esta percentagem igual para as demais tribos? Se não for, será ridículo tentar comparar uma amostra de flechas Nambicuara, em sua maioria composta de flechas para passarinhos, com uma amostra de qualquer outra tribo, composta na sua maioria de flechas de ponta lanceolada, de taquara, que são sempre, relativamente, maiores. Pelo menos, os autores deveriam ter indicado onde se localizam as peças ora analisadas, para quem se interessar em verificar tais informações. Deveriam ter mencionado a natureza de cada coleção, por quem foi colecionada e sob que circunstâncias.

Por exemplo, no caso dos Nambicuara, seria muito útil saber se foram consultadas as coleções recentes e bem documentadas existentes no Field Museum de Chicago (colecionada por Price), no Schweizerisches Museum fur Volkskunde em Basel (colecionada por mim) ou no Museu do Índio em Campinas (colecionada por Aytai), *ou* (o que me parece mais provável, dada a confusão da nomenclatura dos bandos Nambicuara acima mencionada) se foram consultadas somente as coleções (mais velhas e, muitas vezes, erroneamente identificadas) de Rondon (existente no Museu Nacional no Rio de Janeiro) ou de Lévi-Strauss (no Museu Paulista), ou outras coleções quaisquer, derivadas destas.[4] Deveriam, pelo menos, nos indicar a localização do material por eles estudado; para que esconder sua procedência?

Mais uma vez, se o livro foi feito para servir, simplesmente, a nível introdutório, para não-antropólogos, podemos, talvez, perdoar alguns destes deslizes. Levando em conta, porém, que os autores gastaram dez páginas (de um total de 170, exclusive da bibliografia, etc.) só para definir as 261 qualidades diferentes de pontas de flecha, possivelmente utilizadas no Brasil (Apêndice III), ainda que pudessem ter simplificado isto, em grande parte, depois de gastar três capítulos com um total de vinte e seis páginas numa discussão das várias qualidades de flechas e como se fabricam as flechas e as suas pontas, parece-me que a apresentação dos dados resultantes desta sua pesquisa deve, pelo menos, concordar com os padrões de qualidade que os próprios autores estabeleceram.

As ambigüidades, contradições, erros e falhas deste livro não são exclusivamente etnológicas. Aparecem nos seus outros aspectos técnicos, também. Por exemplo, os etnólogos são duramente criticados por não terem identificado corretamente, botanicamente, as matérias primas empregadas na confecção dos objetos por eles colecionados, observados, ou descritos nas suas publicações. Nós, etnólogos, supostamente, não damos a isso a devida atenção e o cuidado que merece, não sabemos quais as partes das plantas que se deve colecionar para permitir sua identificação completa por especialistas no assunto, mal identificamos as plantas quando tentamos fazer isto por conta própria, utilizamos as designações vulgares quando acreditamos estarmos identificando-as cientificamente, etc. (p. 34 e ss.). Realmente, este livro não fornece um bom modelo do contrário, tendo como exemplo a sua taxionomia social dos Nambicuara, de-

[4] Duplicatas das coleções de Aspelin e Price também se acham depositadas no Museu Nacional, de acordo com a legislação federal.

fasada e inútil, que anteriormente discutimos. Também tenho certeza de que a maioria dos índios brasileiros ficarão tão surpresos como eu em saber que o animal que tantas vezes caçamos, penado, ovíparo, de duas pernas, que comumente se chama "seriema" no Brasil (*Cariama Cristata*), é "uma qualidade de veado restrito às áreas de campo (p. 6)!

Brevemente, devemos, também, mencionar alguns outros problemas.

1. A indicação de referências bibliográficas para os leitores leigos, como já mencionei antes, é insatisfatória e insuficiente. Por exemplo, a chegada dos primeiros migrantes às Américas pelo estreito de Bering seguramente hoje pode se datar como anterior a 15.000 A.C. (p. 6). Deveria haver, pelo menos, uma menção às contribuições arqueológicas mais recentes, referentes a esta discussão, para ajudar os leitores. Também deveriam ter incluído uma ou outra referência à bibliografia existente sobre a ecologia da Amazônia indígena (por exemplo, Meggers, 1971) e sobre a geografia do Brasil em geral, especialmente, para os leitores não-brasileiros, pouco familiarizados com a complexidade que o país apresenta, para um melhor aproveitamento da breve discussão destes assuntos no primeiro capítulo.

2. A idéia dos autores (p. 7) de que os índios podem se envolver numa luta *moral* para defender suas terras contra a expansão de fazendeiros e pecuaristas merece maior elaboração, embora seja mais provável ter havido um erro tipográfico na impressão da palavra "mortal" (ambas, porém, são aplicáveis).

3. A distribuição das populações indígenas apresentada no mapa da página 11, para orientar o leitor, já desde o início, na sua leitura, é indesculpavelmente errônea. Mais uma vez, podemos usar os Nambicuara como exemplo. Sua distribuição foi completamente invertida neste mapa, tanto de cabeça para baixo (norte x sul) como de um lado para o outro (leste x oeste). Mostra os "Mamaindê" na região sudeste, enquanto habitavam, tradicionalmente, a parte noroeste. Mostra os "Sabané" como grupo mais meridional, enquanto, realmente, constituíram a fronteira setentrional, quinhentos quilômetros ao norte, com os grupos não-Nambicuara de língua Tupí. Mostra os "Nambicuara" na região noroeste, enquanto que os bandos chamados de *os Nambicuara*, pelos brasileiros da região, mas que aqui foram denominados "Ualicerê", eram, justamente, os que habitavam a região sudeste. Como os

autores distinguiram somente sete "áreas tribais" (como a dos Nambicuara), deveriam ter tido um mínimo de cuidado com cada uma. Também poderiam ter incluído aqui, facilmente, uma referência bibliográfica para cada uma destas "tribos", para ajudar o leitor a resolver qualquer dúvida ou interesse que no decorrer do livro surgisse.

4. Acredito não ser completamente justo dizer que não é possível chegar a alguma categorização e análise da distribuição dos nós utilizados para segurar as cordas aos arcos dos indígenas brasileiros, nem que "tal análise não acrescentará muita coisa ao nosso conhecimento da distribuição (das variações) dos arcos e flechas no Brasil (p. 44)". Acredito que os trabalhos excelentes de Aytai (1965) e Castro (1978) mostram, nitidamente, que esta possibilidade é muito mais do que simplesmente teórica; o primeiro, especificamente, referente aos arcos e flechas dos Mamaindê e o segundo, em escala mais ampla, onde a autora aplica esta metodologia ao estudo de diversas coleções de cordas de arcos Xavante, Parakanan, Krikatí, Mamaindê, e outros bandos também dos Nambicuara. O trabalho de Dolores Newton (1974; também apresentado em português na X Reunião da ABA em Salvador em 1976, com o título "O uso da cultura material para a história") mostra, perfeitamente, a possibilidade de utilizar a tecnologia de fibras e cordas para a discriminação de entidades sociais e de seus limites. Acho difícil justificar, e especialmente infeliz, a omissão deste trabalho na bibliografia de Heath e Chiara, por ser ele passível de ter reorientado (junto com o trabalho de Aytai acima citado; o de Castro saiu posteriormente) a posição de Heath e Chiara quanto às possíveis vantagens de estudar técnicas de nós, de fibras e das cordas dos arcos em maior profundidade do que à que eles se dedicaram (p. 42 e ss.).

5. Muitas fotografias não foram adequadamente identificadas, em termos do seu contexto etnográfico. Por exemplo, a prancha Ib, intitulada "Vegetação esparsa do cerrado...". Não se deve identificar os cinco índios que também aparecem naquela fotografia? Devemos concluir que todo cerrado, e todo índio, são idênticos e intersubstituíveis?

Nas pranchas VIIb e XVIb, notamos o emprego de algumas "tangas" algo estranhas, aparentemente, protegendo os órgãos genitais do jovem Krahó que coloca a corda no seu arco, na primeira, e do menino (não-identificado) atirando um bodoque, na segunda. em cada caso. as "tangas" em questão parecem ser cuecas ou calções

de banho de nailon penduradas de uma corda ou cinta, em vez de serem vestidas com as pernas inseridas nelas. Tanto isso, como o fato de que todos os índios (presumivelmente também Krahó; todos também vestindo tangas, embora, aparentemente, de uma outra qualidade) que aparecem caçando no cerrado, na prancha Ib, acima mencionada, portam armas de fogo e não arcos e flechas, necessitam de alguma explicação por parte dos autores. Senão, as fotos são mais do que inúteis, são contraditórias a todo o esquema de análise montado até agora por eles. Tradicionalmente, estes índios se vestiam assim? Senão, desde quando? E, por que que mudaram nisso? Será que só usam cueca ou calção de nailon para proteger as partes genitais quando empregam o arco? Será que os índios foram induzidos a tirar as suas outras roupas (quaisquer que sejam) para tirar as fotografias (mas que se recusaram aparecer completamente nus), ou, ao contrário, que eles foram pressionados a se vestirem de tanga pelos fotógrafos para não ofender os leitores britânicos, quando, normalmente, andam nus?

Enfim, qual é a relação destas pessoas com aquela sociedade maior que as enfrenta e as envolve, que vem substituindo (ou possibilitando a substituição dos) seus arcos por armas de fogo (para as quais eles precisam de uma outra maneira arranjar a munição, embora eles pudessem, perfeitamente, ter feito as flechas por conta própria) e as habituando a pendurar calção de nailon? A análise dos arcos e flechas dos indígenas, o lugar dos seus arcos e flechas na sua cultura, em geral, não tem que ser colocada e entendida dentro deste relacionamento maior de dominação e de exploração? Pode ser que esta relação não seja de tanto interesse para os autores, mas, sem dúvida, é do interesse dos índios e, provavelmente por isso, afeta o seu relacionamento cultural (material, simbólico, etc.) com estes objetos tão importantes para a produção, para a caça e para a guerra. O fato é que muitos dos índios brasileiros não usam mais arcos e flechas, desde que seus vizinhos (tanto índios como não-índios) com armas de fogo os exterminaram. Muitos daqueles que continuam ainda hoje, a usar arcos e flechas, continuam a ser aniquilados (vide Davis 1978). Mais do que qualquer outra coisa, então, os arcos e flechas equivalem, para os índios do Brasil, a um símbolo, talvez o símbolo mais potente de todos, da sua independência, dominação, ou extinção, ou (como nos casos de Rio das Cobras, no Paraná e Nonoai, no Rio Grande do Sul) da sua reafirmação como grupos étnicos diferenciados (dependendo da área e da época em questão). Mas são, de qualquer forma, símbolos deste processo de fricção e de transformação. É só visitar as lojas da

"Artíndia" da FUNAI, ou a feira dos "hippies" na Praça da República em São Paulo, para verificar isto. Não vejo como os autores poderiam tê-lo ignorado (vide p. 30).

6. O livro dá muito pouca importância ao indivíduo. Por exemplo, na página 46, introduz a questão do comprimento relativo da flecha (isto é, relativo ao comprimento do arco). Dizem os autores, aí, que se pode achar uma grande variação no comprimento das flechas em uma aldeia qualquer, porque elas freqüentemente, entram e saem nas trocas entre as diversas aldeias. Implícita aqui me parece a idéia de que sem tais trocas a tarefa dos autores, de achar algum tipo de flecha de tamanho padrão para cada "tribo", teria sido grandemente facilitada. As implicações teóricas disso são terríveis. Não seria muito mais útil perguntar quais as variáveis que determinam ou condicionam as trocas de flechas de algum comprimento qualquer entre dois ou mais indivíduos quaisquer? O que é que, realmente, determina, afinal de contas, o equipamento disponível a dada pessoa em dado momento: ser residente em certa aldeia; ser membro de certo grupo social; participar de certas relações de troca; ter arco de certo comprimento (e não se trocam os arcos também?); ou outros fatores ou combinações de fatores?

Não seria possível, entre outras coisas, que indivíduos, adultos, homens, no mesmo contexto cultural, pudessem variar suficientemente quanto à sua idade, estatura, e força (vide Baruzzi *et alii*, 1977: 190; Newman 1953), para confeccionar e utilizar arcos e flechas também proporcionalmente diferenciados? Não seria possível que o produtor prestasse alguma atenção às qualidades físicas (ou outras) da matéria prima disponível? Os Nambicuara, por exemplo, apreciam, nitidamente, estas variáveis (veja Aspelin 1975). Levando em conta todo o trabalho necessário para achar, derrubar, rachar, raspar e endireitar o arco se, por acaso, aparecem certos defeitos revelados no decorrer deste processo, muitas vezes, o arco é, simplesmente, encurtado até que se elimine o defeito, e depois é dado ou trocado com uma pessoa de estatura e força proporcional. Em conseqüência disso, o tamanho das flechas também será proporcionalmente alterado. Ou, se por acaso a cana que se usa para flechas, do tamanho desejado, esteja em falta, possivelmente, também um homem pode fazer um arco um pouco menor para poder, assim, aproveitar as flechas disponíveis (lembramo-nos de que a diferença máxima entre as flechas dos "quatro" grupos Nambicuara acima mencionados é de somente dez centímetros). Obviamente, por isso, os autores só devem comparar as flechas, ou com os próprios arcos

para os quais foram confeccionados originalmente (ou com os quais foram, afinal, usados), ou com as pessoas *para as quais*, originalmente, foram feitas. Mas duvido que os autores tivessem condições de ter feito isto.

Qualquer discussão adequada das relações de "tamanhos" pessoa/arco/flecha, também, precisará de informações estatísticas *muito* mais completas e detalhadas do que aquelas que os autores apresentam neste livro (como já foi dito antes).

Essencialmente, tudo isso nos leva à conclusão de que aqui, como nos outros aspectos do livro abordados (ou a serem abordados), o que, realmente, falta é uma definição clara da posição teórica dos autores referente à relação entre as pessoas e a sua cultura material (vide p. xix). Se os autores tivessem nos dados, desde o início, alguma indicação de como conceituaram esta relação, então, qualquer contribuição específica (com todos os seus detalhes) que tentassem fazer, poderia ser melhor aproveitada. Uma breve discussão das tentativas de outros autores de lutar com esta mesma questão (vide Lustig-Areco 1977) também poderia ter nos ajudado a entender melhor a sua própria posição. Percebemos, na obra, de maneira vaga, um tipo de conformismo durkheimiano, embora nem este posicionamento é esclarecido pelos autores. Dizem-se contrários às reconstruções históricas, à la Schmidt (1942) ou Meyer (citado no texto), mas deixam o leitor sem saber o que fazer, então, com todos os detalhes particularistas que o livro apresenta, detalhes estes que, normalmente, são empregados justamente nas reconstruções históricas. Agora, se admitirmos algumas destas variações, por que não outras? Em cada caso, como é que se deve explicar a presença de uma e a ausência das outras? Quem é que decidiu (e por que) optar por uma ou outra delas? Vamos dar alguma liberdade de escolha às pessoas envolvidas? Isto não contrariará, justamente, a tendência anti-individualista dos autores que notávamos acima, nos outros aspectos da sua obra?

Tudo isso, simplesmente, torna necessária uma posição teórica qualquer, *mas consistente*, para tornar o livro, em si, coerente (e, afinal de contas, útil). A tentativa de uma análise, à la Lévi-Strauss, do simbolismo dos arcos (no capítulo anômalo antes mencionado) só aumenta a confusão teórica geral reinante neste livro, por não ser reforçada, nem novamente empregada, em qualquer outra parte dele. O livro parece existir num vácuo teórico.

7. Na página 51, os autores dizem que não existe nenhuma evidência que suporte a suposição de alguns etnólogos de que

algumas tribos afixam as penas às suas flechas numa configuração espiral de propósito, para provocar a rotação da flecha, porque nenhum índio até agora disse isto! Em vez disso, dizem eles, qualquer afixação espiral observada deve ter resultado da curvatura natural das penas em si. Mais ainda, eles sugerem (p. 63) que esta rotação nem seja necessária para flechas tão pesadas como as brasileiras (para caça maior) ou para distâncias tão curtas como aquelas, normalmente, percorridas pelas flechas brasileiras mais leves (para caça menor). No entanto, no caso das distâncias superiores alcançadas pelos arcos europeus, a maior precisão dada pela rotação da flecha a sua trajetória já se torna coisa tecnicamente mais importante (e, por isso, fica reservada à sua invenção para eles!)

Dizem os autores, porém, que a diferença inerente na estrutura da superfície dos dois lados de uma pena natural, normalmente, será suficiente em si para fazer a flecha girar (por causa da diferença na pressão atmosférica, devido às diferenças na passagem do ar pelas duas superfícies da pena, suponho eu). Não vejo razão nenhuma, portanto, para os índios brasileiros não terem notado este fenômeno natural e chegado a aproveitá-lo, com ou sem a curvatura natural das penas (que se pode variar ou manipular, como os próprios autores reconhecem), sem serem capazes de explicar o porquê, em termos da física ocidental moderna. (Também não vejo porque os europeus precisariam fazer isto, conscientemente, se a curvatura da pena, naturalmente, o fazia).

Desidério Aytai, tanto engenheiro profissional como antropólogo, já mostrou (1965) como as penas são cuidadosamente afixadas em espiral às flechas dos Mamaindê/Nambicuara e mostrou, tecnicamente, a importância disso para controlar, justamente, a trajetória delas. Sabemos que quanto mais rápido voa um objeto qualquer, tanto mais sensível é a sua direção às diferenças de velocidades e pressão do ar que passa pela sua superfície. Falta, então, aos autores *mostrar* que as flechas brasileiras voam mais devagar e, por isso, são menos sensíveis a isto. Falta aos autores *mostrar* em termos mecânicos, que a variação (que eles, impressionisticamente, dizem ser grande) constada na curvatura espiral das penas das flechas brasileiras não seja correlacionada com alguma outra característica da flecha, do seu arco, ou do seu atirador, tal como com a sua velocidade, com o seu peso, ou com a sua função (no caso da flecha, por exemplo), em vez de, simplesmente, simplisticamente e etnocentricamente dizer que, embora as penas de ambos os continentes estejam normalmente colocadas em espiral, os europeus o fazem

por saber porque, mas os índios brasileiros não o fazem, nem sabem porque o fariam caso, o fizessem, sendo que, no seu caso, ocorre naturalmente! Gostaria de saber, enfim, a quantos (e quais) índios os autores (ou outros etnólogos, devidamente identificados) perguntaram o porquê de os índios terem afixado as penas às suas flechas em forma de espiral, para que eles possam escrever que "esta informação até agora não foi obtida a partir de nenhum informante". Foram os informantes aqueles que vimos antes, caçando de cueca de nailon e armas de fogo, ou aqueles que vendem seus arcos e flechas na Praça da República em São Paulo, por exemplo? Também gostaria de saber, paralelamente, a quantos arqueiros "civilizados" (a palavra é deles) europeus, eles (seja quem for) fizeram a mesma pergunta, e qual a percentagem de respostas "corretas".

8. Em vez de tentar combater a atitude, aparentemente depreciativa e superficial, de muitas das pessoas ocidentais que haviam se pronunciado sobre o valor, para os seus donos, dos arcos e flechas brasileiras, com locuções igualmente subjetivas com respeito às complexidades da sua produção (de certa forma lembrando uma teoria do valor-trabalho), como eles fizeram, os autores poderiam ter tentado demonstrar este valor de alguma maneira mais objetiva e mais útil, ou em termos dos custos sociais e do tempo assim comprometido em comparação com as outras alternativas de produção disponíveis (como eu fiz com respeito aos Mamaindê/Nambicuara, por exemplo, Aspelin 1975) ou em termos de uma análise etno-econômica das suas categorias de equivalência de troca, como Price (1977) tentou com respeito aos Nambicuara do sudeste, ou de alguma outra maneira que, pelo menos, admitiria comparações. Poderiam, por exemplo, ter aproveitado alguma contribuição dos sociólogos do trabalho para melhor objetivar sua "análise" (ou melhor, sua descrição) da complexidade relativa dos processos de produção para estes objetos (vide Udy 1959).

9. Talvez nem valha a pena discutir com os autores sua idéia sobre quanto esforço é necessário para colocar (ou tirar) a corda na (da) ponta do arco (p. 70). Pois, se Max Schmidt (citado no texto) disse que o esforço é muito, mas os autores julgam esta afirmação errada, "uma vez que se domina a maneira de fazer isto" (minha tradução), continuamos sem ter uma idéia de como comparar estas "medidas de esforço" de forma científica, objetiva e compreensível para os leitores. Portanto, a discussão dos autores aqui, mais uma vez, se revela inútil e não-científica. Em vez disso,

não poderiam ter indagado sobre a percentagem dos membros do grupo que não conseguem realizar esta atividade numa primeira tentativa, ou que precisam recorrer à ajuda de terceiros? Ou ainda, qual a opinião das pessoas envolvidas; elas acham esta atividade difícil, ou não? De quem estamos falando: os homens adultos, mulheres idosas, crianças de seis anos? Enfim, a quem se refere a avaliação de que é ou não é fácil dobrar o arco e colocar o nó da corda no seu lugar? Não seria possível medir este esforço quantitativamente, como se mede o esforço necessário para puxar o arco, para atirar? Este esforço não depende do tamanho ou de outras características de cada arco e, por isso, não variará em função da pessoa tanto como do arco em questão?

Vale a pena, portanto, indagar dos autores a necessidade de eles terem se esforçado, nesta e em outras partes do livro, para contribuir com algo melhor do que pretendiam criticar, uma vez que, simplesmente, permaneceram no mesmo nível (ou qualidade) de opiniões, dados e análises dos que criticaram. (Isto se aplica às suas críticas dos estudos de distribuição feitos por Meyer, por exemplo, p. 39 e ss.).

10. Uma das suas outras críticas a Max Schmidt permite-nos sugerir uma possível maneira de solucionar este problema. Schmidt, eles nos dizem,

> também errou na identificação da parte inferior dos arcos brasileiros. De fato, não há qualquer diferença entre as duas partes ou metades do arco para que possamos identificar uma como superior (a de cima) e a outra como inferior (a de baixo), ... com a exceção dos casos nos quais há uma diferença nas pontas do arco, como é o caso dos arcos Kaingang que, numa extremidade, apresenta uma projeção lateral ("shoulder") e na outra uma ponta gradualmente afilada *(p. 70, minha tradução).*

A questão básica aqui, porém, é esta: quem é que está realizando esta identificação? Quem é que determinou a existência ou a inexistência de "diferenças significativas" entre as partes destes arcos (ou, no caso anterior, a dificuldade relativa de amarrar o arco)? Por que não, neste aspecto da pesquisa como nos outros, tentar determinar quais os critérios empregados pelos próprios índios, pelos membros dos grupos em questão? Como os próprios autores reconhecem,

> quando se tenta comparar o desempenho de uma qualidade de arco com aquele de outro, o resultado não pode ser decisivo

mas somente acadêmico (teórico) e não pode ser relacionado com valores humanos... (porque) a qualidade de desempenho não se pode medir ... *(senão nas mãos e na opinião da pessoa que normalmente utiliza a coisa em questão; p. 67; vide, também, p. 125; minha tradução).*

Os Nambicuara, se pudermos usá-los como exemplo mais uma vez, reconhecem que seus arcos provêm de organismos vivos, os quais também tinham certa direção ou orientação (vertical) durante sua vida. Existe, nos seus arcos (ou pelo menos em grande parte deles), uma diferença notável (pelo menos para eles) na composição ou na amplitude das fibras da matéria prima, o que indica claramente (pelo menos para eles) qual a parte superior e qual a parte inferior do mesmo. Sempre que for possível, os arcos devem ser utilizados na sua posição vertical original (e por isso a corda deve ser amarrada de forma a permitir isto), porque senão, não funcionarão como devem. Talvez o equilíbrio das duas metades de um arco feito de matéria-prima natural (neste caso, de madeira) em vez de matéria sintética (como os arcos "civilizados") possa ser ligeiramente diferente, devido a estas micro-variações na densidade e na flexibilidade das suas fibras? Talvez, como dizem os autores, somente a pessoa diariamente habituada ao seu manejo seria capaz de nos dizer? Do meu ponto de vista, a opinião destas pessoas sobre o assunto deveria ter sido, ao menos, solicitada.

11. As flechas envenenadas, muitas vezes, me parece, despertam certo interesse mórbido e especial nos autores e nos leitores ocidentais. A maior parte das notícias etnográficas citadas ou utilizadas por Heath e Chiara no seu capítulo sobre venenos para flechas (não tratamos aqui do apêndice sobre a composição química dos mesmos) deve ser avaliada, acho eu, dentro desta perspectiva bastante ambígua. Empregaremos, novamente, o caso dos Nambicuara como exemplo. Kalervo Oberg (citado no texto), aparentemente uma das fontes de maior importância utilizada por Heath e Chiara neste caso, nunca realmente participou de qualquer expedição de guerra ou de caça dos Nambicuara, sobre os quais, porém, não hesitou em escrever. Tudo indica que ele, simplesmente, os entrevistou a respeito de como normalmente procederiam em tais situações, depois de, fortuitamente, ter encontrado um bando de Nambicuara acampado perto da missão jesuítica em Utiariti, longe do seu território tradicional e profundamente intrometido no território de uma outra tribo, sua inimiga tradicional (os Parecí; veja Aspelin 1976, 1979). A descrição (p. 92) legada a

nós por Oberg, de pontas envenenadas, "lanceoladas" e separáveis, feitas pelos Nambicuara, não merece, por isso, grande confiança de nossa parte. Não que eles não empregassem flechas envenenadas. Tanto eu como o General Rondon colecionamos exemplares das suas flechas envenenadas. Mas nunca nenhum dos Nambicuara (que eu, pessoalmente, conheço) envenenará ponta de flecha lanceolada, separável (nem lembro de ter visto isso nas coleções de Rondon), porque qualquer animal grande (para o qual se empregam pontas lanceoladas separáveis) morrerá pela grande perda de sangue por ela ocasionada (veja p. 54 & 84) muito *antes* de morrer da ação do veneno (que age mais lentamente quanto maior for o animal em questão). Flechas para guerrear, também, nunca foram envenenadas, que eu saiba pela mesma razão. Não adiantaria, pois o veneno agirá só com o tempo, e nesse interim, o inimigo ainda teria condições de atirar de volta. Em vez disso, as flechas para a guerra devem matar instantaneamente ou causar tantos danos imediatos e de tais proporções que tornam o inimigo plenamente incapacitado de reagir. Em geral, podemos admitir que a etnografia de Oberg sobre os Nambicuara foi, quase inevitavelmente, comprometida pelas circunstâncias irregulares e artificiais nas quais ela foi obtida (veja Aspelin 1976). A questão dos venenos usados para matar pessoas (em que os Nambicuara são peritos; veja Lévi-Strauss 1974: 291 e ss.; ou s.d.: 359 e ss.), altamente difícil de ser abordada em qualquer contexto, provavelmente, sofreu ainda *mais* do que sofreram os outros aspectos da sua cultura, questionados pelo etnógrafo, as limitações e distorções implícitas na situação anômala deste bando "visitando" Utiariti.[5] Provavelmente, serão de grande valor, tanto teoricamente como para esclarecer esta situação específica, outras futuras pesquisas mais profundas sobre os problemas inerentes à transmissão de informações referentes à confecção, mas, principalmente, referentes ao uso de venenos usados para seres humanos. Acho bastante possível que estes problemas sejam muito semelhantes àqueles envolvidos no estudo dos psicotrópicos ou alucinógenos. Possivelmente, uma tentativa de conceitualizar estes venenos como substâncias essencialmente liminais, à la Victor Turner (vide 1968) nos ajudará aqui.

---

5 Segundo Lajos Boglár (1966:54), que estudou, essencialmente, o mesmo bando no mesmo lugar, dez anos mais tarde (em 1959), Oberg passou somente uns poucos dias com os índios, não falava português e utilizou como intérprete inglês/português um dos missionários que, por sua vez, utilizou como intérprete português/Nambicuara um dos próprios Nambicuara que entendeu muito pouco o português!

12. Finalmente, depois de todos os seus esforços para desenvolver classificações descritivas e analíticas mais precisas e detalhadas para os arcos (e flechas) brasileiras, para o uso dos etnólogos, a declaração dos autores (na página 166) de que "A maioria dos arcos no Brasil parecem apresentar um corte transversal semi-circular, seguidos pelos de corte transversal circular", parece-me quase um insulto aos leitores que, tão pacientemente, acompanharam o desenvolvimento destes esquemas classificatórios até o final. Como nos mostra o quadro da página seguinte (p. 167), os cinco tipos de arcos que tão cuidadosamente discriminaram pelo seu corte transversal são: 1) oval, 2) elíptico, 3) rectangular, 4) "segmento" e 5) redondo. Destes, a maioria dos subtipos reconhecidos pelos autores são ou "ovais" ou "elípticos". De acordo com a geometria, porém, nem ovais, nem elipses, nem qualquer outra das três classes especificadas, são "semi-círculos". Se os autores pretendem desenvolver uma taxionomia rigorosa e útil para estes objetos, então, pelo menos, *eles mesmos* devem ser capazes de empregá-la quando necessário.

Conclusão: Este livro tem sérios defeitos. Pela beleza da sua apresentação, porém, temo que muitas pessoas que pouco entendem do assunto possam, muito facilmente, interpretar mal sua pretendida autoridade. Dizem os autores que eles consideram o livro como um possível ponto de partida, para estimular trabalhos posteriores. Talvez, por isto, possamos explicar algumas das falhas que aqui apontávamos. Mas a grande maioria delas são falhas tão básicas, importantes, e intrínsecas, que os autores não poderiam tê-las ignorado, nem deveriam ter evitado solucioná-las.

Eu acho que teria sido preferível fazer duas publicações deste livro: uma, menos técnica e mais coerente etnograficamente, talvez baseada numa análise de caso, num exemplo específico, bem descrito e bem analisado, como, por exemplo, os Krahó já estudados pela própria professora Chiara, pelo Professor Melatti, e por outros, como tentei mostrar aqui, ao empregar, sempre que possível, um exemplo constante (o dos Nambicuara) para ilustrar as questões que eu queria esclarecer. A outra, então, poderia ter sido mais técnica, já tratando cuidadosamente dos problemas que aqui apontamos (e de outros), para torná-la, realmente, de utilidade aos etnólogos nas suas pesquisas, inclusive nas pesquisas de campo.

Com certas modificações e acréscimos importantes, com uma base teórica sólida e uma abordagem etnológica coerente e com

algumas correções etnográficas essenciais, o livro poderia ter sido, realmente, cientificamente, excelente. Mas, com isso, teria se tornado um outro livro.

Devemos dizer, em conclusão, que dentro em breve será tarde demais para tentar obter, no campo, as informações etnográficas de que ainda necessitamos para a realização de pesquisas comparativas, sejam aquelas pretendidas ou apontadas pelo livro em questão, sejam outras. Por isso, e por outras razões não menos importantes, a necessidade de montar um projeto exaustivo de pesquisas etnográficas nacionais se torna mais evidente a cada momento. Isto, porém, já sabíamos antes de ler *Brazilian Indian Archery*.

BIBLIOGRAFIA

(Inclui somente as obras não citadas por Heath & Chiara):

ASPELIN, Paul Leslie. *External articulation and domestic production: the artifact trade of the Mamaindê of northwestern Mato Grosso, Brazil.* Ithaca, New York, Cornell University Latin American Studies Program, 1975.

———. Nambicuara economic dualism: Lévi-Strauss in the Garden, once again. *Bijdragen tot de Taal —, Land —, en Volkenkunde,* 132: 1-31, 1976.

———. The ethnography of Nambicuara agriculture. *Bijdragen tot de Taal —, Land — en Volkenkunde,* 135: 18-58, 1979.

AYTAI, Desidério. Os cantores da floresta, II. *Revista da Universidade Católica de Campinas,* XI (27/28): 71-82, 1965.

BARUZZI, R. G., *et alli. The* Kren-Akorore: a recently contacted indigenous tribe. In: CIBA FOUNDATION SYMPOSIUM 49 (n.s.), *Health and disease in tribal societies.* Amsterdam, ASP Elsevier, 1977.

BOGLÁR, Lajos. *Trópusi indiánok között (Entre os índios tropicais).* Budapest, Hungria, 1966.

CASTRO, Maria de Lourdes Novaes de. Detalhes da amarração da corda nos arcos de várias tribos. *Publicações do Museu Municipal de Paulínia* (São Paulo), n.º 4: 14-22, 1978.

DAVIS, Shelton H.*Vítimas do Milagre.* Rio, Zahar, 1978.

DRIVER, Harold E. & CHANEY, Richard P. Cross-cultural sampling and Galton's problem. In: NAROLL, R. & COHEN, R. (eds.) *A handbook of method in cultural anthropology.* Garden City, New York, Natural History Press, 1970. P. 990-1003.

GALVÃO, Eduardo. Áreas culturais indígenas do Brasil: 1900-1959. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi* (Belém, Pará), n.s. Antropologia n.º 8, 1960.

GREGOR, Thomas. *Mehinaku.* Chicago, University of Chicago Press, 1977.

GRIAULE, Marcel. *Masques Dogons.* Paris, 1938.

LÉVI-STRAUSS, Claude. The Nambicuara. In: STEWARD, Julian H. (ed.) *Handbook of South American Indians,* III: 361-370. Washington, D. C., Bureau of American Ethnology, 1948a.

————. Tribes of the right bank of the Guaporé river. In: STEWARD, Julian H. (ed.) *Handbook of South American Indians,* III: 371-380. Washington, D. C., Bureau of American Ethnology, 1948b.

————. *Tristes tropiques.* (Trans. John & Doreen Weightman). New York, Atheneum, 1974. Em português: *Tristes trópicos.* (Tradução de Jorge Constante Pereira). Lisboa & Rio de Janeiro, Portugála Editora & Livraria Martins Fontes, s.d.

————. *La voie des masques (Les sentiers de la création).* 2 Volumes. Genebra, Editions Albert Skira, 1975.

LUSTIG-ARECCO, Vera. *Technological adaptation in the context of predator-prey relationships: a cross-cultural analysis.* Tese inédita de doutoramento, UCLA, 1977.

MALEFIJT, Annemarie de Waal. *Images of man: a history of anthropological thought.* New York, Knopf, 1974.

MEGGERS, Betty J. *Amazonia.* Chicago, Aldine, 1971. Em português: *Amazônia.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.

NAROLL, Raoul. Galton's problem. In: NAROLL, R. & COHEN, R. (eds.) *A handbook of method in cultural anthropology.* Garden City, New York, Natural History Press, 1970. P. 974-989.

NEWMAN, Marshall T. Anthropometry of the Umotina, Nambicuara, and Iranxe, with comparative data from other northern Mato Grosso tribes. Apêndice 3 de: OBERG, Kalervo. *Indian tribes of northern Mato Grosso, Brazil.* Washington, D.C., Smithsonian Institution, Institute of Social Anthropology, Publicação n.º 15, 1953, P. 128-136.

NEWTON, Dolores. The Timbira hammock as a cultural indicator of social boundaries. In: RICHARDSON, Miles (ed.) *The human mirror.* Baton Rouge, Louisiana State University Press, 1974. P. 231-251.

PRICE, P. David. Comercio y aculturación entre los Nambicuara. *América Indígena* (México), 37: 123-135, 1977.

PRICE, P. David & COOK, Cecil E., Jr. The present situation of the Nambicuara. *American Anthropologist,* 71: 688-693, 1969.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização,* 2.ª ed. Petrópolis, Vozes, 1977.

RIVIÈRE, P. G. Myth and material culture: some symbolic inter-relations. In: TURNER, Victor W. (ed.) *Forms of symbolic action.* Seattle, University of Washington Press (AES Proceedings), 1969. P. 151-166.

SCHADEN, Egon. *Aculturação indígena. Revista de Antropologia,* 13, 1965.

SCHMIDT, Wilhelm. *Etnologia sul-americana.* São Paulo, Ed. Nacional, 1942.

TURNER, Victor W. *The forest of symbols.* Ithaca, New York, Cornell University Press, 1968.

UDY, Stanley. *Organization of work: a comparative analysis of production among non-industrial peoples.* New Haven, HRAF Press, 1959.